

Uma nota para o Brasil

por Paulo Sotero
de Washington

feriu, em meados de novembro passado, a doze emissões de bônus brasileiros.

A volta do Brasil ao mercado no euromercado, ganhado, que tanto as autoridades econômicas do governo quanto os executivos dos grandes bancos credores do País consideravam, até recentemente, o objetivo final da próxima rodada de negociações da dívida externa, parece uma hipótese cada vez mais distante.

As dificuldades de acesso ao mercado vêm aumentando com as notícias sobre a retomada da espiral inflacionária e o enfraquecimento das contas externas do País.

Mesmo antes de as más notícias do fim do ano materializarem-se, o sentimento do mercado financeiro já havia sido capturado pela classificação "BA1" que o Moody's Investment Service, de Nova York, uma das mais conceituadas empresas do ramo em todo o mundo, con-

feriu, em meados de novembro passado, a doze emissões de bônus brasileiros.

Mesmo reconhecendo que o Brasil tem, em termos puramente econômicos, condições para reverter a tendência de erosão do saldo comercial, que ga-

de antes de 1984, e, portanto, de melhorar a posição das contas externas num tempo relativamente curto, o Moody's assinalou que o elemento crítico na avaliação do crédito brasileiro é, no médio prazo, o quadro político.

"O presidente José Sarney é um político astuto, mas que chegou ao poder sem legitimidade. Ele está perseguindo políticas expansionistas que não são sustentáveis e contêm altos riscos políticos", afirmava o "Relatório de Crédito" que o Moody's publicou no dia 21 de novembro, explican-

do a classificação dos bônus brasileiros no euromercado. A advertência foi confirmada naquele mesmo dia através da decretação, por Sarney, de um conjunto de duras medidas de contenção da demanda, o mal recebido Cruzado II.

"Em consequência (da vulnerabilidade política de Sarney), os problemas das contas externas podem agravar-se se as condições externas se tornarem menos favoráveis. Internamente, essas políticas podem desencorajar o investimento, que permaneceu bastante baixo desde o início da crise da dívida, em 1982", lê-se no relatório do Moody's, preparado por uma equipe comandada por Guillermo Estebáñez, um economista espanhol de 34 anos, formado pela Universidade da Califórnia e com uma passagem pelo banco Well's Fargo.

A conclusão do Moody's é de que "todos esses elementos tornam difícil a volta do Brasil ao mercado voluntário de capitais no futuro próximo. Contudo, acordos com os credores estão razoavelmente assegurados e, conseqüentemente, os bônus devem continuar a ser pagos em dia".

As emissões de bônus avaliadas pelo Moody's estão denominadas em ienes, marcos, francos suíços e dólares. Elas vencem entre este ano e 1990 e oferecem taxas de remuneração que variam entre 5 e 9,25% ao ano. Com valor total de US\$ 1,278 bilhão, elas representam 67% do US\$ 1,9 bilhão em bônus que o Estado brasileiro tem colocados no exterior.

A classificação dada pelo Moody's aos bônus brasileiros reflete de certa forma a difícil posição de "o mais rico entre os pobres" que o País hoje ocupa. O "ra-

ting" BA1 é o melhor da metade pior, disse Estebáñez a este jornal.

O fato de o Moody's ter anunciado, junto com a classificação do risco soberano brasileiro, um "rating" BA3 para a Argentina pode ter dado, pelo efeito da comparação, a impressão de que o Brasil foi tratado favoravelmente. E o concentrado de más notícias que o País ofereceu nas frentes da inflação e das contas externas, em dezembro, certamente reforçou esta impressão.

(Continua na página 18)

O programa de ajustamento da economia que a Argentina negociou com o Fundo Monetário Internacional (FMI) — que permitirá a liberação do crédito "stand-by" de US\$ 1,8 bilhão — contempla a possibilidade de reavaliação de metas, caso o crescimento econômico do país fique abaixo de uma taxa anual de 4%.

(Ver página 2)